



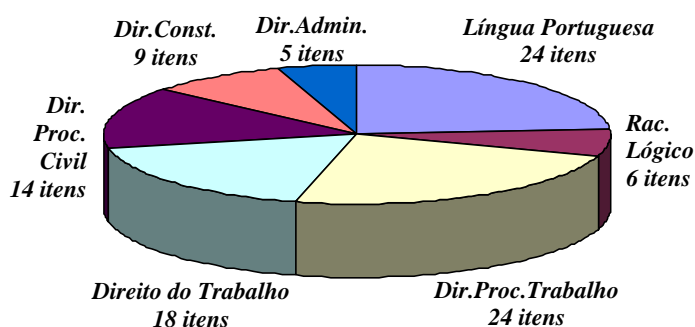
TRT PARANÁ

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

SIMULADO CURSO SÓLTON 2007

- Este simulado segue o formato da prova oficial do TRT Paraná para 2007, promovida pelo Cespe/UnB.
- O candidato deve assinalar C (correto) ou E (errado) para cada item de questão. Cada assinalamento que coincida com a resposta do gabarito vale +1,00 ponto (positivo). Cada assinalamento que não coincida com a resposta vale -1,00 ponto (negativo).
- A ausência de assinalamento ou assinalamento duplo (C e E) não representa ponto positivo nem negativo.

FORMATAÇÃO DA PROVA TRT-PARANÁ



EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE ACERTO:
(conforme edital da prova oficial)

6,00 pontos em Conhecimentos Gerais
21,00 pontos em Conhecimentos Específicos
30,00 pontos no total da prova.

CONHECIMENTOS GERAIS

Professores Guerra, Simone, Suzuki e Pacífico

LÍNGUA PORTUGUESA:

Texto para os itens 01 a 09 seguintes

“Os homens da Idade Média procuravam na Bíblia um modelo que **lhes** guiasse o comportamento em relação à **usura**. [...] As transformações da sociedade ocidental cristã nos séculos XII e XIII tornavam a realidade da prática usurária possível e muitas vezes socialmente útil. [...] Às vésperas do nascimento dos grandes movimentos econômicos que preparam o advento do capitalismo moderno, a teologia medieval salvará o usurário do inferno ao inventar o purgatório. O usurário terá assim atingido seu duplo objetivo: salvar sua bolsa na terra **sem perder a vida eterna**.”

(FRANCO Jr. Hilário. *A Bolsa e a vida: a usura na Idade Média*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. s.p.)

- 01- [] No texto, a palavra **usura** pode ser substituída por juro sem prejuízo no sentido pretendido pelo autor.
- 02- [] De acordo com as informações a respeito do título do texto (parte inferior do texto, entre parênteses), a cobrança de juros tornou-se uma prática ainda na Idade Média, principalmente nos séculos XII e XIII.

- 03- [] No período: “Às vésperas do nascimento dos grandes movimentos econômicos que preparam o advento do capitalismo moderno, a teologia medieval salvará o usurário do inferno ao inventar o purgatório.”, a vírgula foi utilizada para indicar a existência de uma oração subordinada adverbial deslocada.
04. [] O pronome oblíquo **lhes**, em destaque na primeira linha do texto, pode ser substituído por “**seu**”, sem prejuízo de sentido na frase, que ficaria assim: “Os homens da Idade Média procuravam na Bíblia um modelo que guiasse **seu** comportamento em relação à usura.”
- 05- [] No último período do texto, se a oração em destaque viesse a ser escrita antes de “O usurário terá...”, seria necessária a colocação de uma vírgula entre os dois segmentos de texto.
- 06- [] Em “Às vésperas do nascimento dos grandes movimentos econômicos que preparam o advento do capitalismo moderno”, a crase se justifica por se tratar de expressão coloquial.
- 07- [] Em “Às vésperas do nascimento dos grandes movimentos econômicos que preparam o advento do capitalismo moderno”, o pronome relativo

em destaque pode ser substituído por “o qual” e serve como sujeito da oração seguinte.

08- [] O autor do texto em questão utiliza-se de termos ou expressões para se referir a termos já mencionados anteriormente. É o caso do pronome oblíquo **lhe**, que retoma homens e **sua** (última linha do texto), que retoma teologia.

09- [] O acento indicativo de crase que ocorre em “... em relação à usura...” foi incorretamente utilizado pelo autor do texto.

TEXTO II: Considere o texto a seguir para julgamento dos próximos itens

Questão velha, polêmica e controvertida, que constitui obstáculo à ação das autoridades administrativo-tributárias, mas que sempre viva e exacerbadamente atual, é a do “sigilo bancário”, pois frente ao crédito tributário e ao Fisco, aquele como um bem público relevante e indisponível e este na busca de cumprir os objetivos a que se destina de aferir a real capacidade contributiva, arrecadar tributos, promover a igualdade e a justiça fiscal, colocam-se a preservação e a garantia dos direitos fundamentais invioláveis de privacidade e intimidade inerentes às pessoas dos contribuintes.

(Mary Elbe G. Q. Maia, “A inexistência de sigilo bancário frente ao poder-dever de investigação das autoridades fiscais”, *Tributação em Revista*, julho/setembro de 1999)

Identifique o(s) item(ns) que dá(ão) continuidade ao trecho, preservando a coerência, a coesão e a progressão das idéias.

- 10. [] No seu âmago, o que se desponta é a discussão acerca dos interesses públicos frente aos interesses privados e qual deles deverá prevalecer.
- 11 [] No cerne da questão, aparece o confronto entre um sistema fortemente estatal e o poder fiscalizador da sociedade organizada.
- 12 [] Em suma: trata-se de questionar até que ponto a quebra do sigilo bancário vai contribuir para revelar elisão fiscal e evasão de divisas.
- 13 [] Torna-se, assim, fundamental discutir sob o manto da ética a questão da inexistência de sigilo bancário em estados democráticos de direito.
- 14 [] A despeito disso, não basta conceder às autoridades fiscais o poder-dever de investigação, se não se lhes faculta o direito fundamental inviolável de privacidade.

Ainda em relação ao mesmo texto, Indique o(s) item(ns) que apresenta(m) a proposição nuclear do texto, aquela que contém a idéia-síntese em torno da qual se desenvolve sintática e semanticamente o parágrafo.

- 15. [] Frente ao crédito tributário e ao Fisco, coloca-se a questão do sigilo bancário como um obstáculo à ação das autoridades administrativo-tributárias.
- 16. [] Por ser um bem público relevante e indisponível, o crédito tributário deve preservar e garantir o direito de privacidade do contribuinte.
- 17. [] A preservação dos direitos fundamentais de privacidade dos contribuintes frente ao crédito tributário e ao Fisco deve ser colocada na discussão da questão do sigilo bancário.

18. [] Na tarefa de cumprir os objetivos de aferir a capacidade contributiva, arrecadar tributos e promover a igualdade e a justiça fiscal, o Fisco deve preservar e garantir a questão do sigilo bancário dos contribuintes.

TEXTO III: Considere o texto a seguir para julgamento dos próximos itens

1 Em artigo publicado na década de noventa, o professor Paul Krugman explicava que todos aqueles países que falavam inglês haviam tido um desempenho econômico acima da média de seus vizinhos e que o inglês estava se tornando rapidamente a língua franca dos negócios, do turismo e da internet. Assim, os processos de fusão de empresas, tão comuns naquele tempo, só teriam sucesso se utilizassem o inglês como língua de integração das corporações.

4 Essa visão nos preocupou quando resolvemos integrar todas as áreas de consultoria espalhadas pela América Latina em uma única divisão de consultoria. Mas ficou uma pergunta no ar: “que língua oficial adotar”? O espanhol ou o português acirraria a rivalidade que já era bastante grande no campo dos esportes. Adotar o inglês teria a vantagem da neutralidade e da facilidade de interação com nossos colegas de outras regiões, mas com perda significativa na agilidade da comunicação e no andamento das reuniões. Foi adotada então uma postura única: haveria três línguas oficiais. Essa pequena sutileza significava, na verdade, que todos eram obrigados a entender as três línguas, mas poderiam se expressar no idioma em que se sentissem mais à vontade. Hoje, cinco anos depois, sentimos que essa decisão foi fundamental para o nosso processo de integração, e a lição aprendida é que muitas vezes a criatividade local pode ser mais efetiva que verdades importadas.

(José Luiz Rossi, *Integração cultural na América Latina*, CLASSE ESPECIAL, 89/2001, com adaptações)

Relativamente à escrita do texto, julgue os itens a seguir.

- 19. [] Na palavra “países” (linha 3), o acento gráfico sobre a letra “i” justifica-se por formar um ditongo aberto com a vogal anterior (ai).
- 20. [] Embora as palavras “inglês” e “português” sejam escritas com S, suas formas femininas devem ser grafadas com o final –EZA, em conformidade com a palavra “sutileza” (linha 25).
- 21. [] O ordinal correspondente ao numeral “noventa” (linha 1) é nonagésimo, enquanto o do cardinal novecentos é noningentésimo.
- 22. [] As palavras “década” (linha 1) e “América” (linha 15) são acentuadas tendo por base a mesma norma gramatical.

Julgue os próximos itens em relação à forma gramatical das palavras que compõem os trechos apresentados.

23. [] O que dizer de uma sociedade em que o padrão perverso passa a ser a regra do jogo chancelada socialmente? À nossa volta, o fantasma da fome suplicia diariamente milhões de corpos.
24. [] O sistema de saúde pública está falido. São cada vez maiores os contingentes humanos que se amontoam nas ruas e praças. A desnutrição compromete definitivamente o desenvolvimento afetivo e intelectual (para não dizer físico) das pessoas.

RACIOCÍNIO LÓGICO:

De um grupo de 12 pessoas, serão escolhidas 4 para uma viagem. Destas pessoas, 4 são médicos, 6 professores e 2 bancários. Com base nestas informações, julgue os itens a seguir, assinalando C para Certo e E para Errado.

25. [] Querendo que sempre façam parte deste grupo de 4 pessoas todos os bancários, então, existem no máximo 45 maneiras diferentes de se realizar esta escolha.
26. [] Se a escolha for feita de maneira aleatória, então a probabilidade do grupo conter todos os médicos é de aproximadamente 1%.
27. [] Se a escolha for feita de maneira aleatória, então a probabilidade do grupo conter todos os bancários é de aproximadamente 0,09.

Uma proposição é uma afirmação que pode ser julgada como verdadeira (V) ou falsa (F), mas não como ambas. As proposições são usualmente simbolizadas por letras maiúsculas do alfabeto, como, por exemplo, P, Q, R etc. Se a conexão de duas proposições é feita pela preposição “e”, simbolizada usualmente por \wedge , então obtém-se a forma $P \wedge Q$, lida como “P e Q” e avaliada como V se P e

Q forem V, caso contrário, é F. Se a conexão for feita pela preposição “ou”, simbolizada usualmente por \vee , então obtém-se a forma $P \vee Q$, lida como “P ou Q” e avaliada como F se P e Q forem F, caso contrário, é V. A negação de uma proposição é simbolizada por $\neg P$, é avaliada como V, se P for F, e como F, se P for V.

28. [] A tabela de valorações da proposição $[P \rightarrow Q] \leftrightarrow [(\neg Q) \rightarrow (\neg P)]$ é sempre falsa.

Um argumento é uma seqüência de proposições P_1, P_2, \dots, P_n , chamadas premissas, e uma proposição Q, chamada conclusão. Um argumento é válido, se Q é V sempre que P_1, P_2, \dots, P_n forem V, caso contrário, não é argumento válido.

A partir desses conceitos, julgue o próximo item.

Considere as seguintes proposições:

P: “Reginaldo ganha na loteria” e

Q: “Reginaldo compra uma casa”

29. [] Nessa situação, é válido o argumento em que as premissas são “Reginaldo não compra uma casa ou Reginaldo ganha na loteria” e “Reginaldo não compra uma casa”, e a conclusão é “Reginaldo não ganha na loteria”.

Considere que as letras P, Q e R representam proposições e que os símbolos \neg, \wedge e \vee são operadores lógicos que constroem novas proposições e significam **não**, **e** e **ou** respectivamente. Na lógica proposicional, cada proposição assume um único valor (valor-verdade) que pode ser verdadeiro (V) ou falso (F), mas nunca ambos. Sabendo que P, Q e R são proposições verdadeiras, julgue o item subsequente.

30. [] $\neg[(\neg P \wedge Q) \vee (\neg R \vee \neg Q)]$ é verdadeira

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Professores Adriana, Rafael, Ivo e Laert

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO:

A propósito das regras informativas do processo judiciário trabalhista, julgue os itens seguintes, assinalando C para certo e E para errado

31. [] Nas ações trabalhistas, a exceção de incompetência em razão do lugar deve ser oferecida em audiência, acarretando a suspensão do processo e a concessão do prazo mínimo de cinco dias ao excepto para manifestação.
32. [] Da decisão interlocutória proferida, acolhendo ou rejeitando a exceção de incompetência em razão do lugar, admite-se a interposição de agravo, cujo merecimento, entretanto, apenas será analisado por ocasião da interposição do recurso cabível contra a sentença final.

33. [] Em 22 de novembro de 2005, Joaquim ajuizou reclamação trabalhista em desfavor de sua antiga empregadora, Sociedade de Economia Mista, e deu à causa o valor de R\$ 6.000,00. Nessa situação, a reclamação trabalhista aforada não deve ser submetida ao procedimento sumaríssimo. Caso fosse admitida a tramitação pelo rito sumaríssimo, os pedidos deveriam estar, previamente, liquidados na reclamação trabalhista e fornecido, corretamente, o endereço da reclamada, sob pena de arquivamento da demanda.

Julgue os itens em seguida, relativos à disciplina jurídica do processo de execução no processo do trabalho.

34. É possível a apresentação dos Embargos à execução, por parte do executado, no prazo de cinco dias, independentemente da existência de garantia do juízo ou penhora dos bens. Nessa situação, o juiz julgará na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação, caso tenham sido interpostas.
35. Subsidiariamente ao contido na Consolidação das Leis do Trabalho, aplicar-se-ão ao processo de execução trabalhista as normas que regem o Código de Processo Civil.
36. Se o arrematante, ou seu fiador, não integralizar o preço da arrematação em 24 horas, perderá, em benefício da execução, o sinal de 20%, dado anteriormente como garantia.
37. O fato do juiz não facultar prazo para as partes se manifestarem sobre os cálculos, antes da homologação dos mesmos, não é suficiente para tornar o processo nulo.
38. O prazo para apresentação do agravo de instrumento na justiça do trabalho é de 8 dias, sendo cabível este recurso para atacar as decisões interlocutórias proferidas pelo juiz de primeiro grau.
39. Na causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula do TST e violação direta a dispositivo constitucional e nestas mesmas causas, caso haja interposição de recurso ordinário e a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.
40. Das decisões definitivas das Varas do Trabalho, pode ser interposto para a instância superior o recurso ordinário, no prazo de 8 dias, contados da intimação da sentença. Considerando que Joaquim foi intimado da sentença no dia 10/10/2007 (quarta-feira), o último dia para apresentação do recurso ordinário, neste caso, é 18/10/2007, sendo o Tribunal Regional do Trabalho competente para julgá-lo.
41. Joaquim ingressou com reclamação contra seu antigo empregador, ocorre que ao analisar a sentença, proferida pelo juiz da Vara do Trabalho, constatou que na mesma não havia qualquer manifestação sobre o pedido de horas extras, devidamente feito na petição inicial. Nessa situação, Joaquim deverá apresentar Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, face a omissão da sentença, podendo esta ser modificada através do julgamento dos embargos.
42. O princípio protetivo no processo do trabalho pode ser explicitado quando o juiz, de ofício, dá início ao processo de execução.
43. Joaquim propôs reclamação trabalhista em face da empresa Ômega, no dia da audiência inicial estiveram presentes reclamante e reclamada, sendo marcada audiência de instrução para data posterior. Ocorre que na data da audiência de instrução o reclamante não compareceu para prestar depoimento e produzir provas, estando presente apenas a reclamada e seu advogado. Nessa situação, a reclamação trabalhista será arquivada.
44. Em execução trabalhista, o devedor poderá, de imediato e espontaneamente, recolher o valor das contribuições previdenciárias que entender devido, com o que não mais se sujeitará ao pagamento de diferenças a esse título.
45. José moveu ação trabalhista em face de seu antigo empregador, após a devida instrução do processo foi proferida sentença condenatória no valor de R\$ 2.000,00. Nessa situação, as custas processuais serão pagas, após o trânsito em julgado da decisão, pela reclamada, no valor de R\$ 40,00. Entretanto, caso a reclamada queira recorrer da sentença, deverá recolher as custas no prazo alusivo ao recurso.
46. Joaquim submeteu demanda de natureza trabalhista à Comissão de Conciliação Prévia, instituída no âmbito de sua categoria profissional, no dia 10/10/2007. Nessa situação, a última data para realização da sessão de tentativa de conciliação é 17/10/2007. Caso tenha se esgotado este prazo sem realização da referida sessão, deverá ser fornecida declaração de tentativa de conciliação frustrada.
47. A penhora poderá realizar-se em domingo ou feriado, independentemente de autorização expressa do juiz, desde que seja realizada até às vinte horas.
48. Considere que um reclamante, inconformado com a sentença prolatada pelo juiz de primeira instância, resolve dela recorrer, ocorre que último dia para apresentação do recurso se dá em um domingo. Nessa situação, o reclamante deverá interpor o recurso na sexta-feira anterior, sob pena do mesmo ser considerado intempestivo.
49. O advogado, devidamente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, pode retirar de qualquer Vara do Trabalho os autos que requererem, independentemente de procuração.
50. Após a distribuição da reclamação verbal, o reclamante deverá, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de 8 dias, à Vara do Trabalho, para reduzi-la a termo, sob pena de ficar proibido de demandar na Justiça do Trabalho pelo prazo de 6 meses.
51. Josué foi contratado na cidade de São Paulo para trabalhar em Londrina(PR), local em que a empresa tem uma filial, considerando que a empresa tem sede em Curitiba e outra filial em Porto Alegre, caso Josué queira propor uma reclamação trabalhista, poderá fazê-lo em São Paulo ou Londrina.

Julgue os itens em seguida, relativos à disciplina jurídica do processo do trabalho.

42. O princípio protetivo no processo do trabalho pode ser explicitado quando o juiz, de ofício, dá início ao processo de execução.

52. [] Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho, em agravo de petição, só se admite recurso de revista por violação direta e literal da Constituição Federal.
53. [] O prazo para apresentação de contestação na Justiça do Trabalho é de 15 dias, devendo a exceção de incompetência territorial ser apresentada no mesmo prazo.
54. [] Existem, na Justiça do Trabalho, dissídios individuais e dissídios coletivos. A conciliação, entre as partes, nos termos da lei, é admitida em todos os dissídios, individuais e coletivos, em qualquer fase do processo.
- 60 [] Manuel é empregado de uma usina. A função exercida por Manuel, na empresa, foi incluída no quadro de atividades e operações insalubres, aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 22/04/2006. Nessa situação, a exigibilidade do respectivo adicional de insalubridade se inicia a partir da data da aprovação do referido quadro, observado o prazo prescricional.
- 61 [] José celebrou contrato por prazo determinado por 3 meses, em razão do aumento considerável nas vendas de final de ano (época natalina), em 12/09/2005, com a pessoa jurídica Y. Decorridos os 3 meses data da contratação, Y optou não efetivar a contratação de José. Entretanto, em 27/01/2006, José foi novamente contratado pela pessoa jurídica Y. Nessa situação, e considerando a legislação de regência, o segundo contrato de José não poderá ser por prazo determinado.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO:

A propósito da negociação coletiva no âmbito das relações de emprego e as férias, julgue os itens que se seguem, assinalando C para certo e E para errado.

- 55 [] Em situações específicas, a flexibilização da legislação do trabalho é admitida na ordem jurídica brasileira, desde que respeitadas as normas de segurança e higiene do trabalho. Nos acordos coletivos de trabalho em que seja prevista jornada de trabalho para as atividades realizadas em turnos ininterruptos de revezamento, a participação do sindicato patronal é facultativa e prescindível, não acarretando sua ausência qualquer nulidade.
- 56 [] Carlos tem 64 anos de idade e trabalha para a pessoa jurídica Alfa. Em virtude de situação anormal, Alfa concedeu as férias de Carlos em dois períodos, sendo 10 dias em abril, e 20 dias em Novembro. Nessa situação, as férias de Carlos em dois períodos fere a legislação trabalhista em vigor.
- 57 [] Um empregado, depois de ter trabalhado durante dois anos e seis meses para o mesmo empregador, sem ter tirado férias, pede demissão. Nesta hipótese, o empregado deverá receber, além de outras verbas, férias em dobro relativas ao primeiro período aquisitivo, férias simples relativas ao segundo período aquisitivo e férias proporcionais de 6/12.
- 58 [] Joaquim trabalha para a pessoa jurídica Ômega, desde janeiro de 2004. Durante o período aquisitivo de férias 2005/2006, Joaquim, injustificadamente, faltou ao serviço 4 vezes. Nessa situação, Joaquim terá direito a 26 dias de férias apenas em relação ao período aquisitivo 2005/2006.
- Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no Direito do Trabalho.**
- 59 [] Joana, empregada de determinada pessoa jurídica, obteve a guarda judicial para fins de adoção de uma criança com 5 anos de idade. Nessa situação, Ana terá direito à licença-maternidade, de 60 dias, mediante a apresentação do termo judicial de guarda.
- 62 [] Se determinado empregado culposamente causou dano a maquinário da empresa e se o contrato individual respectivo autorizava o desconto de danos culposamente causados, ainda assim, será imprescindível previsão expressa em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho autorizando o devido desconto, sob pena de a empresa não poder fazê-lo.
- 63 [] Se a empresa decide conceder a seus empregados plano de assistência médica, o valor referente ao referido plano não será legalmente considerado salário *in natura*.
- 64 [] Maria das Flores admitida em 22/11/2000, foi promovida ao cargo de assistente de gerente em 01/06/2004, passando a receber salário no valor de R\$ 1.500,00, entretanto, teve conhecimento de que Margarida Santos, contratada em 17/03/1999, também exercente da função de assistente de gerente, desde sua admissão, recebia salário no valor de R\$ 2.000,00, indagada, Maria das Flores confirmou que ambas as empregadas empreendiam atividades idênticas, em quantidade e qualidade. Nesta hipótese Maria das Flores não tem direito à equiparação salarial, pois o tempo na função entre ela e Margarida dos Santos é superior a dois anos.
- 65 [] A pessoa jurídica X oferece aos seus empregados, que manifestarem interesse e que possuam mais de 5 anos de serviços prestados à empresa, programa de qualificação profissional, com duração de 2 meses, conforme previsto em acordo coletivo, ficando o contrato de trabalho suspenso nesse ínterim. Nessa situação, se, durante o prazo de suspensão do contrato individual do trabalho, houver a dispensa do empregado, o empregador, além das verbas rescisórias, terá de pagar ao empregado multa de, no mínimo, 100% do valor da última remuneração, anterior à suspensão, conforme estabelecido em acordo ou convenção coletiva.
- 66 [] Joaquim foi contratado pela pessoa jurídica Alfa, para a função de porteiro. Sua jornada de trabalho inicia-se às 22 horas e termina às 5 horas da manhã, momento em que é substituído por

outro porteiro. Considerando que Joaquim só pode deixar o trabalho após a chegada do outro porteiro, se este chegar às 7 horas, Joaquim terá direito apenas ao adicional de horas extras, mas não ao adicional noturno.

- 67 Na hipótese em que o juiz reconhece que houve, simultaneamente, o cometimento de falta grave tanto por parte do empregado quanto por parte do empregador, ou seja, reconhece a existência de culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, condenará o empregador a pagar ao empregado as seguintes verbas: 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais e, ainda, a multa de 40% (quarenta por cento) sobre o valor depositado do FGTS no curso do contrato, a teor do que dispõe a legislação trabalhista.
- 68 O advogado que presta serviços remunerados e subordinados, com pessoalidade, três vezes a cada semana, em uma instituição beneficente, não adquire a condição de empregado, porque essa instituição não tem fins lucrativos. Nessa mesma situação, também não resta configurado o vínculo empregatício porque falta o requisito da exclusividade.
- 69 João foi contratado para trabalhar 22 (vinte e duas) horas semanais na empresa Alfa. Nessa situação, João não poderá prestar horas extras, bem como não poderá converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário. Após cada período de 12 (doze) meses da vigência do contrato de trabalho, João terá direito a 18 (dezoito) dias de férias.
- 70 Josué começou a trabalhar para a empresa Ômega em 10/10/2005, prestando serviços remunerados e subordinados, com pessoalidade, todos os dias da semana, entretanto, sua Carteira de Trabalho só foi devidamente anotada em 10/03/2006. Nessa situação, tendo em vista o princípio da regularidade nas relações de emprego a prevalência das anotações na Carteira de Trabalho impede o reconhecimento do vínculo empregatício desde 10/10/2005.
- 71 Francisco foi contratado em 10/10/2004, entretanto, em 10/10/2007, falsificou documentos para obtenção de horas extras não prestadas. Neste caso, João praticou ato de improbidade, passível de dispensa por justa causa. Considerando que ao tomar conhecimento dos fatos o empregador resolveu dispensá-lo, imediatamente, por justa causa, entre outras verbas, Francisco não terá direito às férias referente ao período aquisitivo 2004/2005, a qual ainda não havia sido paga pela empresa.
- 72 O prazo de prescrição para o empregado urbano ou rural propor ação na Justiça do Trabalho, contado da cessação do contrato de trabalho, é de 2 anos. No caso dos menores de 18 (dezoito) anos não corre nenhum prazo de prescrição.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

Quanto aos atos processuais, julgue os itens seguintes, assinalando C para certo e E para errado:

- 73 Os atos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
- 74 Reputam-se válidos todos os atos praticados de modo diverso do determinado, caso sua finalidade essencial seja preenchida.
- 75 Os atos processuais são em regra públicos.
- 76 Não há necessidade de correr em segredo o processo referente à conversão da separação em divórcio.

Acerca das Cartas, indique seu julgamento:

- 77 Deve-se expedir Carta Precatória quando dirigida à autoridade judiciária de comarca diversa, dentro do território nacional.
- 78 As cartas tem por finalidade permitir a prática de atos processuais além dos limites da competência territorial do magistrado.
- 79 Mesmo que as comarcas sejam contíguas, há a necessidade de se expedir Carta Precatória.

Quanto à citação ordenada por juiz incompetente, julgue:

- 80 Induz litispendência.
- 81 Interrompe a prescrição.
- 82 É nula de pleno direito e, por isso, não produz qualquer efeito.

Sobre a intervenção de terceiros, assinale:

- 83 A oposição será sempre pensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação principal, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.
- 84 Todas as figuras de intervenção são cabíveis no processo sumário.
- 85 É admissível o chamamento ao processo do devedor, na ação em que o fiador for réu.
- 86 É admissível a assistência nos casos reconhecido interesse econômico do assistente no julgamento da causa em favor do assistido.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO:

Julgue os itens a seguir, relativos aos servidores públicos e à administração pública.

- 87 Sendo demandada sua assistência direta e contínua, um servidor de uma fundação pública federal teria direito a fruir licença por motivo de doença de sua companheira. Todavia, não sendo civilmente casado, um agente de polícia federal não poderia fruir essa mesma licença.

88. Um agente de polícia federal poderia sofrer pena administrativa de demissão, imposta com base no poder disciplinar, caso indispuesses funcionários contra os seus superiores hierárquicos. Entretanto, um agente não poderia sofrer punição administrativa caso tentasse convencer outros agentes a não executar a ordem do superior hierárquico no sentido de que, durante a noite, arrombassem a porta de uma residência para cumprir mandado judicial de prisão.
89. Se um agente de polícia federal fosse designado para investigar a prática de corrupção passiva atribuída a ocupantes de cargos comissionados de autarquia federal, esse agente realizaria a investigação no exercício do poder de polícia, em razão do que seria indispensável a autorização judicial para a prática dos atos necessários.
90. Se um agente de polícia federal, conduzindo viatura policial em serviço, atropelasse um cidadão estrangeiro residente no país, a vítima do acidente poderia propor ação de indenização diretamente contra o agente ou contra a União. Nesse caso, a União teria a obrigação de indenizar a vítima, independentemente de comprovação de culpa do agente de polícia, a menos que o acidente decorresse de culpa exclusiva da vítima do atropelamento.
91. Caso ficasse demonstrado, em sede de processo administrativo regularmente realizado, que um agente de polícia federal receberá R\$ 20.000,00 para deixar de realizar a prisão em flagrante de um traficante de drogas, então haveria de ser-lhe imposta, administrativamente, a pena de demissão. Todavia, se o agente fosse processado criminalmente pela prática do mesmo fato, simultaneamente à tramitação do processo administrativo, ele só poderia ser demitido após o trânsito em julgado da respectiva sentença condenatória.
93. A prisão, mesmo em flagrante delito, depende de ordem judicial, devendo a sua comunicação ser feita imediatamente ao juiz, que a relaxará se ela for ilegal.
94. No mandado de segurança, quando houver ilegalidade proveniente do poder público, não envolvendo a liberdade de locomoção, os fatos que embasam o pedido dependem da sua comprovação de plano, pois, do contrário, não estará presente o direito líquido e certo a que alude a Constituição da República.
95. O habeas corpus pode ser impetrado por promotor de justiça para beneficiar alguém que se acha sofrendo coação em sua liberdade de ir e vir por ilegalidade ou abuso de poder.
96. Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) julgar conflito de competência que envolva o Superior Tribunal de Justiça e um tribunal regional do trabalho (TRT).
97. Os tribunais de justiça dos estados são organizados por leis estaduais, observando-se a competência definida nas respectivas constituições.
98. A Constituição da República confere vitaliciedade aos membros do Ministério Público do Trabalho e, portanto, seria inconstitucional uma disposição legal que estabelecesse para esses agentes públicos aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade.
99. Luciano é um adolescente de 13 anos de idade. Nessa situação, a Constituição da República veda o trabalho de Luciano, salvo na condição de aprendiz.
100. Maurício nasceu na França, quando o pai e a mãe, brasileiros, estudavam em uma universidade em Paris. Com 15 anos de idade, Maurício veio ao Brasil pela primeira vez e fixou residência no país, onde mora há cinco anos. Nessa situação, mesmo que Maurício opte pela nacionalidade brasileira, ser-lhe-á vedado exercer cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho, pois esse cargo é privativo de brasileiros natos.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL:

Para os itens a seguir, julgue e anote C para certo e E para errado:

92. O sigilo das comunicações telefônicas, protegido constitucionalmente, pode ser quebrado por ordem judicial, para instruir ação civil pública de improbidade administrativa.

Pegue agora o gaarito comentado

GABARITO

TÉCNICO JUD - ÁREA ADMINISTRATIVA

RESPOSTAS COMENTADAS

EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE ACERTO: 6,00 pontos em Conhecimentos Gerais
 (conforme prova oficial) 21,00 pontos em Conhecimentos Específicos
 30,00 pontos no total da prova.

CONHECIMENTOS GERAIS

01	C	De fato, o dicionário Aurélio, a palavra usura vem do latim e significa <i>Juro de capital</i> .
02	E	O texto apenas menciona que as práticas comerciais da Idade Média tornaram a prática da usura possível.
03	C	Da mesma forma, separam-se os adjuntos adverbiais que vierem deslocados.
04	C	Neste caso, o pronome oblíquo lhes tem valor de pronome possessivo, sendo, portanto, perfeita a troca, sem prejuízo do correto entendimento da informação apresentada no trecho.
05	C	A presença da vírgula seria necessária em razão da colocação do trecho antes do sujeito “o usurário”.
06	E	Usa-se a crase por se tratar de expressão adverbial feminina iniciada por “as”.
07	E	No caso, “que” equivale à forma plural “os quais”. No restante, está correto (serve de sujeito para a oração seguinte).
08	E	O pronome sua retoma a palavra usurário.
09	E	O acento foi utilizado corretamente.
10	C	As questões de interpretação de textos vêm ganhando espaço nos concursos públicos. Também é a partir de textos que as questões normalmente cobram a aplicação das regras gramaticais nos grandes concursos de hoje em dia. Por isso, é cada vez mais importante observar os comandos das questões. Normalmente o candidato é convidado a identificar (reconhecer elementos fundamentais apresentados no texto), comparar (descobrir as relações de semelhanças ou de diferenças entre situações apresentadas no texto), comentar (relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade, analisando as opiniões a respeito), resumir (concentrar as idéias em um só parágrafo), parafrasear (reescrever o texto com outras palavras) e continuar (dar continuidade ao texto apresentado, mantendo a mesma linha temática).
11	E	
12	E	
13	E	
14	E	No texto apresentado, o candidato deve escolher o(s) item(ns) correto(s) que dão continuidade ao texto, o que exige muita concentração e experiência de leitura em conhecimentos gerais.
15	E	Como antes mencionado, o resumo do texto representa a habilidade do candidato para concentrar as idéias do texto em um só parágrafo. Para que essa e outras habilidades se aperfeiçoem no candidato, este deve ter ciência das seguintes condições básicas para trabalhar questões que envolvam texto: o conhecimento histórico (aí incluída a prática da leitura), o conhecimento gramatical e semântico (significado das palavras, aí incluídos homônimos, parônimos, sinônimos, denotação, conotação), e a capacidade de observação, de síntese e de raciocínio.
16	E	
17	C	
18	E	
19	E	O acento gráfico se justifica por se tratar da letra “i” formando hiato com a vogal anterior (pa-í-ses).
20	E	Mantêm-se as formas inglesa e portuguesa, com S. O final –EZA (com Z) é utilizado na criação de substantivos abstratos oriundos de adjetivos. Exemplos: rico→riqueza; fraco→fraqueza; gentil→gentileza.
21	C	Não carece comentários.
22	C	De fato, todas as palavras proparoxítonas devem ser acentuadas graficamente.
23	E	A palavra perverso deve ser escrita com “S”.
24	C	Como não há erro, não há o que comentar.

<p>25 C</p>	<p>Primeiro devemos notar que na escolha deste grupo a ordem dos elementos NÃO importa e, portanto, devemos usar combinação. Note também que se pede a quantidade máxima de grupos que podemos formar contendo <u>todos</u> os bancários. Como temos apenas 2 bancários, restam 2 lugares no grupo, que serão preenchidos pelos médicos e professores (total de 10 pessoas) Assim sendo, o número máximo de possibilidades de escolhermos este grupo é dado por:</p> $C_{10,2} = \frac{10!}{2!(10-2)!} = 45.$
<p>26 E</p>	<p>Para determinar a probabilidade de um evento devemos definir o número de elementos do evento e também do espaço amostral. O espaço amostral é dado por todos os grupos diferentes que podemos formar com as 12 pessoas, ou seja, o número de elementos deste espaço amostral é dado por: $C_{12,4} = \frac{12!}{4!(12-4)!} = 495$.</p> <p>Já o evento requisitado é um grupo que tenha todos os médicos. Mas, se temos que escolher 4 pessoas e só temos 4 médicos, o número de grupos que contenha todos os médicos é igual a 1. Assim, a probabilidade de que um grupo contenha todos os médicos é igual a $P = \frac{1}{495}$, que é diferente de 1%.</p>
<p>27 C</p>	<p>No exercício 1 foi calculada a quantidade de grupos diferentes que podemos ter com todos os bancários, que é o evento requisitado. A quantidade é igual a 45. No exercício 2 calculamos o número de elementos do espaço amostral (todos os grupos possíveis), que é igual a 495. Assim sendo, se a escolha for feita de maneira aleatória, a probabilidade de um grupo conter todos os bancários é dada por:</p> $P = \frac{45}{495};$ <p>e o resultado desta divisão é aproximadamente igual a 0,09.</p>
<p>28 E</p>	<p>Pela propriedade das implicações contra positivas, sabemos que $P \rightarrow Q$ é logicamente equivalente a $(\neg Q) \rightarrow (\neg P)$, portanto a proposição $[P \rightarrow Q] \leftrightarrow [(\neg Q) \rightarrow (\neg P)]$ é uma tautologia, ou seja, é sempre verdadeira.</p>
<p>29 E</p>	<p>Sabendo que “Reginaldo não compra uma casa ou Reginaldo ganha na loteria”, podemos notar que PELO MENOS uma das duas proposições que compõem a disjunção deve ser verdadeira. Mas o enunciado afirma também como hipótese que “Reginaldo não compra uma casa”, confirmando uma das proposições verdadeiras. Sendo assim, a disjunção já é verdadeira, independentemente do que aconteça com a outra proposição, ou seja, dentro deste contexto, “Reginaldo pode ganhar ou não ganhar na loteria”, não podemos ter certeza do que acontece. Assim, a conclusão: “Reginaldo não ganha na loteria” NÃO é necessariamente verdade, e, portanto, o argumento não é válido.</p>
<p>30 C</p>	<p>Note que como P, Q e R são proposições verdadeiras, $\neg P$, $\neg Q$ e $\neg R$ serão falsas. Sabendo disso e utilizando os conceitos de cada conectivo “e” (\wedge), “ou” (\vee) corretamente verificaremos que $(\neg R \vee \neg Q)$ é falso e também que $(\neg P \wedge Q)$ é falso. Assim, $[(\neg P \wedge Q) \vee (\neg R \vee \neg Q)]$ é falso e por fim concluímos que $\neg[(\neg P \wedge Q) \vee (\neg R \vee \neg Q)]$ é verdadeira.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

<p>31 E</p>	<p>De acordo com o artigo 800, CLT, o prazo para manifestação do excepto é de 24 (vinte e quatro) horas e não cinco dias como afirma a assertiva.</p>
<p>32 E</p>	<p>De acordo com o artigo 799, § 2º, CLT e Súmula 214, TST, da decisão interlocutória proferida na exceção de incompetência em razão do lugar não cabe nenhum recurso de imediato, salvo a hipótese de decisão terminativa do feito, ou seja, aquela que remete o processo para tribunal distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.</p>
<p>33 E</p>	<p>É possível demanda pelo procedimento sumaríssimo em face da Administração Pública Indireta (Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública), nos termos do art. 852-A, Parágrafo único, CLT. Ressalva-se que a segunda parte do item está correta, ou seja, no que tange a exigência de liquidação dos pedidos e informação correta do endereço, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 852-B, § 1º, CLT.</p>
<p>34 E</p>	<p>Um dos requisitos dos Embargos à execução é a garantia do juízo ou a penhora dos bens, nos termos do art. 884, CLT. Ressalva-se que a segunda parte do item está correta, ou seja, o juiz, quando da interposição de embargos e impugnação à sentença de liquidação, irá julgá-los na mesma sentença.</p>

35	E	No processo de execução trabalhista aplica-se subsidiariamente ao contido na CLT as normas que regem a execução fiscal para a cobrança judicial da dívida ativa da fazenda pública federal, nos termos do art. 889, CLT.
36	C	Trata-se da exata disposição do artigo 888, § 4º., CLT.
37	C	Nos termos do artigo 879, § 2º., CLT, o juiz poderá abrir às partes prazo para manifestação sobre os cálculos, ele não é obrigado a fazê-lo.
38	E	No processo do trabalho o agravo de instrumento só serve para destrancar recurso, não sendo admitido nenhum recurso imediato contra as decisões interlocutórias, nos termos do artigo 897, alínea “b”, CLT.
39	C	Nos termos do artigo 896, § 6º., CLT, somente nestas duas hipóteses é cabível recurso de revista, além do que, o artigo 895, “b”, IV, CLT, prevê, expressamente, a possibilidade da certidão de julgamento valer como acórdão na situação em que o julgamento do tribunal mantém a sentença nos termos em que foi prolatada.
40	C	Nos termos do artigo 895, “a”, CLT, cabe recurso ordinário da sentença proferida pelo juiz do trabalho, no prazo de 8 dias, no que tange a contagem, exclui-se o primeiro dia e inclui-se o último, a teor do que dispõe o artigo 775, CLT, sendo o TRT o órgão competente para julgar referido recurso.
41	C	Está em consonância com o disposto no 897-A, CLT, o qual admite embargos de declaração na hipótese de omissão da sentença, admitindo o efeito modificativo.
42	C	Ao iniciar <i>ex officio</i> o processo de execução o juiz está aplicando o princípio protetivo, amparando diretamente a pessoa do exequente (trabalhador), ademais esta possibilidade está prevista no artigo ao 878, CLT.
43	E	A ausência do reclamante na audiência em que deveria depor, ou seja, na audiência de instrução, implica em confissão e não arquivamento do processo, nos termos do artigo 844, CLT e Súmula 74, I, TST.
44	E	A teor do 878-A, CLT, é facultado ao devedor o pagamento imediato das contribuições devidas à Previdência Social, entretanto, caso haja diferenças, poderá ser cobrado posteriormente.
45	C	Está em consonância com o disposto no artigo 789, <i>caput</i> e § 1º., CLT, o montante das custas é 2% sobre o valor da condenação e o pagamento deve se dar exatamente como descrito no referido item.
46	E	Nos termos do artigo 625-F, <i>caput</i> e parágrafo único e artigo 625-D, § 2º., todos da CLT, o prazo para realização da sessão de tentativa de conciliação é de 10 dias , só após decorrido este prazo é que será fornecida declaração.
47	E	Nos termos do artigo 770, parágrafo único, para a realização de penhora em domingo ou feriado, é imprescindível autorização expressa do juiz.
48	E	Nos termos do artigo 775, parágrafo único, CLT, os prazos que se vencerem em sábado, domingo ou feriado terminarão no primeiro dia útil seguinte.
49	E	Nos termos do artigo 778, CLT, para que seja retirado autos dos processos da Justiça do Trabalho, o advogado deve estar regularmente constituído.
50	E	Nos termos do artigo 786, parágrafo único, CLT, o prazo para o reclamante voltar à Vara do Trabalho para reduzir a demanda a termo é de 5 dias e não 8 dias como afirma o item.
51	C	Aplica-se a esta situação hipotética o disposto no art. 651, § 3º., CLT, ou seja, é competente o juízo da contratação ou do local da prestação do serviço.
52	C	A teor do disposto no art. 896, § 2º., CLT, no processo de execução só cabe recurso de revista por ofensa direta e literal da Constituição Federal.
53	E	Nos termos do artigo 847, CLT, a contestação, assim como a exceção de incompetência territorial, deve ser apresentada em audiência, a qual deverá ser a primeira desimpedida, depois de 5 dias, conforme art. 841, CLT.
54	C	A teor de vários dispositivos da CLT, a conciliação é admitida em qualquer fase do processo, tanto no dissídio individual quanto no dissídio coletivo, art. 831, 846 e 850, todos da CLT.
55	C	No acordo coletivo de trabalho não há necessidade de participação do sindicato patronal , é imprescindível a participação do sindicato da categoria profissional (sindicato dos empregados) e a empresa (ou mais de uma empresa), nos termos do artigo 611, § 1º., CLT.

56	C	Conforme determina o artigo 134 § 2º., CLT, aos maiores de 50 anos as férias deverão ser concedidas de uma só vez.
57	C	Arts. 134, 137 e 146, <i>caput</i> e parágrafo único, todos da CLT, férias em dobro, em relação ao primeiro período, porque o empregador deixou de concedê-la dentro do prazo concessivo, ou seja, os dozes meses seguintes ao término do período aquisitivo; férias simples, em relação ao segundo período, pois está dentro do período concessivo e, por fim, férias proporcionais, pois só trabalhou mais seis meses.
58	E	A teor do disposto no artigo 130, § 1º., CLT, é vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.
59	E	A teor do disposto no artigo 392-A, § 3º., CLT, o período de licença será de 30 dias e não 60 dias como aponta o referido item. Cuidado com a idade da criança que está sendo adotada, isto faz diferença na quantidade de dias da licença-maternidade.
60	C	A teor do disposto no artigo 196, CLT, os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de insalubridade ou periculosidade serão devidos a contar da data da inclusão das respectivas atividades nos quadros aprovados pelo Ministério do Trabalho.
61	C	A teor do disposto no artigo 452, CLT, considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 meses , a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos, como, por exemplo, a feira Expoingá.
62	E	A teor do disposto no artigo 462, § 1º., CLT, basta que haja previsão contratual autorizando desconto na hipótese de dano culposamente causado. Se o dano tivesse sido causado de forma dolosa não precisaria nem mesmo de previsão contratual para se efetuar o referido desconto.
63	C	A teor do disposto no artigo 458, § 2º., IV, CLT, a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde, não será considerado salário utilidade ou <i>in natura</i> .
64	C	A teor do disposto no artigo 461 <i>caput</i> e § 1º, CLT, art. 7º., XXX e XXXI, CF/88, Súmula 6, II, TST, para o efeito de equiparação salarial em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.
65	C	A teor do art. 476-A, <i>caput</i> e § 5, CLT, para haver suspensão contratual, para fins de qualificação do empregado, deve haver concordância deste, além do acordo ou convenção coletiva, não podendo o obreiro ser dispensado no curso da suspensão ou nos três meses subseqüentes, sob pena do empregador ser condenado a pagar multa prevista no acordo ou convenção coletiva, nunca inferior a 100% sobre o valor da última remuneração.
66	E	A teor da Súmula 60, II, TST, cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas, ou seja, na hipótese aventada, Joaquim terá direito ao adicional noturno e às horas extras em razão da prorrogação de sua jornada.
67	E	A teor da Súmula 14, TST, na culpa recíproca é devido 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais, entretanto, o valor da multa do FGTS é de 20% (vinte por cento) e não 40% (quarenta por cento) como dispõe a assertiva, nos termos do artigo 18, § 2º., da Lei 8.036/90 (Lei que trata do FGTS) e artigo 484, CLT.
68	E	A teor do disposto no artigo 2º., § 1º., CLT, equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, as instituições de beneficência, bem como outras instituições sem fins lucrativos. Ademais, a exclusividade não é um requisito para caracterização da relação de emprego, ou seja, é possível que uma mesma pessoa seja empregada de mais de uma empresa, desde que haja compatibilidade de horários.
69	E	Embora a primeira parte da assertiva esteja correta a teor do disposto nos artigos 59, § 4º. e 143, § 3º., ambos da CLT, na hipótese aventada, João tem direito a apenas 16 dias de férias e não 18 dias como disposto no final do item, conforme determina o artigo 130-A, II, CLT.
70	E	De acordo com o princípio da primazia da realidade deve prevalecer o que faticamente ocorreu, ou seja, se Josué começou a trabalhar na empresa no dia 10/10/2005, é a partir desta data que deve ser reconhecido o vínculo empregatício. Ademais, as anotações feitas pelo empregador na Carteira de Trabalho geram presunção relativa e não absoluta, admitindo prova em contrário, nos termos do dispõe a Súmula 12, TST.
71	E	Embora a primeira parte da assertiva esteja correta a teor do disposto no artigo 482, I, da CLT, na hipótese aventada, Francisco tem direito às férias referente ao período aquisitivo 2004/2005, pois se trata de um direito já adquirido e, portanto, devido, mesmo na ocorrência de dispensa por justa causa, nos termos do artigo 146, CLT.

72	C	A teor do artigo 7º., XXIX, CF/88, o prazo de prescrição para propor ação perante a Justiça do Trabalho é de 2 (dois) anos após a extinção do contrato de trabalho, e nos termos do artigo 440, CLT, contra os menores de 18 (dezoito) anos não corre nenhum prazo de prescrição.
73	C	Reproduz exatamente o texto do art. 154 do CPC, que estabelece: “Art. 154. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencheram a finalidade essencial”.
74	C	Atende especificamente o disposto no art. 154 do CPC. De fato, observa-se que a forma do ato processual lhe é um requisito de segurança, contudo, acima da forma esta a finalidade do ato. Deste
75	C	Em regra os atos processuais são públicos, salvo os casos de segredo de justiça. A diretriz legal para esta afirmação está prevista no art. 155 do CPC, que dispõe: Art. 155. Os atos processuais são públicos. Correm, todavia, em segredo de justiça os processos: I - em que o exigir o interesse público; II - que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores.
76	E	Aplica-se mais uma vez o art. 155 do CPC , que estabelece a necessidade do segredo de justiça para processos desta natureza.
77	C	Estabelece corretamente a definição de carta precatória que pode ser extraída da interpretação do art. 201 do CPC, que estabelece: “Expedir-se-á carta de ordem se o juiz for subordinado ao tribunal de que ela emanar; carta rogatória, quando dirigida à autoridade judiciária estrangeira; e carta precatória nos demais casos”.
78	C	Cita-se o art. 200 do CPC, que dispõe: Art. 200. Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial ou requisitados por carta, conforme hajam de realizar-se dentro ou fora dos limites territoriais da comarca.
79	E	Neste caso não há necessidade de expedir carta precatória. De fato, estabelece o art. 230 do CPC: “Nas comarcas contíguas, de fácil comunicação, e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar citações ou intimações em qualquer delas”.
80	E	A regra quanto aos efeitos da citação está disciplinada no art. 219 do CPC , que estabelece: Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa ; e, ainda quando ordenada por
81	C	juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição .
82	E	Assim, o item 80 está errado porque os únicos efeitos que a citação ordenada por juiz incompetente produz são: <i>constituir o devedor em mora e interromper a prescrição</i> . Este último é que torna item 81 correto. O item 82 está errado porque a citação ordenada por juiz incompetente, embora seja de fato nula, porque efeitos como acima demonstrado.
83	E	De fato, A oposição, oferecida antes da audiência, será apensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo ambas julgadas pela mesma sentença (art. 59 do CPC). Mas, se oferecida depois de iniciada a audiência de instrução, seguirá a oposição o procedimento ordinário (ou seja, não será apensa aos autos do processo principal), sendo julgada sem prejuízo da causa principal (art. 60 CPC).
84	E	Estabelece o art. 280 do CPC que: “No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro”. Assim, da análise do citado dispositivo, verifica-se só ser admissível a assistência e a denunciação da lide em contrato de seguro.
85	C	Neste sentido, aplica-se o CPC, Art. 77 - É admissível o chamamento ao processo: I - do devedor, na ação em que o fiador for réu.
86	E	Neste contexto estabelece o art. 50 do CPC, que: “Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la”. Assim, conclui-se que o único interesse que legitima a assistência é o interesse jurídico, não o econômico, filosófico, moral etc..
87	E	Artigo 83 da lei 8112/90
88	C	Artigo 132 da lei 8112/90
89	E	Trata-se de policia adm. e não poder de policia
90	C	Artigo 37 §6º da CF/88;
91	E	Artigo 125 da lei 8112/90

92	E	O artigo 5º, XII da Constituição Federal estabelece que é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
93	E	O artigo 5, LXI da Constituição Federal estabelece que não há necessidade de autorização judicial para a prisão em flagrante, senão vejamos, “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”.
94	C	Não se esqueça de que a competência no mandado de segurança é residual, ou seja, protege direito líquido e certo não amparado pela Habeas corpus ou habeas data.
95	C	Lembre-se de que o <i>habeas-corpus</i> pode ser impetrado por qualquer pessoa sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
96	C	O artigo 102 da CF/88, que trata da competência do Supremo Tribunal Federal é importantíssimo para este concurso. Assim, a resposta a alternativa se encontra no artigo 102, letra “o” da CF: “os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal”.
97	C	O artigo 125 da CF/88 estabelece que os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal. A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.
98	E	Muito embora os membros do Ministério Público possuam a garantia da vitaliciedade, por força do artigo 128, parágrafo 5º., I, a, da CF/88, a regra da aposentadoria compulsória, prevista no artigo 40 da CF, aplica-se a todos que possuam cargo de provimento efetivo.
99	E	O artigo 7º, XXXIII da CF/88 proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
100	E	Cuidado! Houve alteração no artigo 12, I, c da CF/88 pela emenda constitucional nº 54/2007. A nova redação prescreve que será considerado brasileiro nato “os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.”

CONCURSOS PARA TRIBUNAIS:

Acompanhe tudo em nosso site:

www.cursosolon.com.br

AULAS & APOSTILAS:

